

Currículo do Ensino Médio é o tema do Boletim Jovem Futuro

Para fomentar o debate sobre as tendências e os desafios para um currículo inovador, esta edição do Boletim Jovem de Futuro destaca temas como a reforma curricular brasileira.

Nesse contexto apresentamos as iniciativas da rede social Gente que Educa e do Movimento Base Nacional Comum. Na seção “Para compartilhar”, contamos a história da “Braga”, uma escola estadual de São Paulo na qual os alunos são protagonistas do seu próprio aprendizado.

O entrevistado da vez é o professor Carlos Artexes Simões, ex-diretor de Políticas de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), que traz uma visão contundente sobre a reforma curricular do Ensino Médio.

Sobre o Jovem de Futuro, contamos como foram as formações realizadas no primeiro semestre, com depoimentos de gestores que participaram desses encontros. A edição tem muito mais, confira! Boa leitura!

Formar para transformar

Gestores e supervisores das escolas do ProEMI/JF de Goiás e Ceará e profissionais das Secretarias de Educação do Espírito Santo, Pará e Piauí participaram de formações no primeiro semestre

O Instituto Unibanco realizou mais uma etapa da formação de gestores e supervisores das escolas ligadas ao Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF). Em abril, as cidades de Pirenópolis e Goiânia, em Goiás, e Meruoca, Juazeiro e Fortaleza, no Ceará, participaram do módulo de formação “Práticas de Gestão e Supervisão na Qualificação do Plano de Ação”. Estiveram presentes cerca de 500 gestores do Ceará e de Goiás. A formação envolveu, também,

100 representantes das secretarias de Educação de ambos os estados e supervisores participantes.

Em maio, com programação direcionada somente aos gestores das escolas participantes do ProEMI/JF, os mesmos estados receberam a formação “Práticas de Gestão Escolar na qualificação do Plano de Ação”. Aproximadamente 400 gestores de Goiás e do Ceará debateram em suas localidades a temática do planejamento escolar e a qualificação das atividades pedagógicas, o que valoriza a relação ensino-aprendizagem e a atuação da gestão para o acompanhamento do Plano de Ação.

Entre as várias etapas, a formação ProEMI/JF contempla a orientação



Eva Cristiane Firmino Bezerra, gestora da Escola Virgílio Correia Lima

sobre ferramentas e práticas de gestão com o objetivo de monitorar resultados e, se necessário, corrigir rotas, no intuito de, entre outros avanços, melhorar as relações no ambiente escolar.

Em depoimento ao Boletim Jovem de Futuro, a gestora cearense Eva Cristiane Firmino Bezerra, da Escola Virgílio Correia Lima, avaliou positivamente a formação. A gestora destacou, ainda, que o trabalho realizado pelo Instituto Unibanco para elaboração e execução do Plano de Ação em sua escola teve como pontos altos a orientação sobre diagnóstico, definições de prioridades, estudos de causas e estratégias. “Por meio do ProEMI/ Jovem de Futuro, realizamos ações como monitoria, tutoria, melhoria da infraestrutura e outras que contribuem, efetivamente, no proces-

so de ensino-aprendizagem. Tudo isso fortalece o trabalho docente e o protagonismo juvenil na escola.”

Em junho, foram realizadas formações do projeto Jovem de Futuro para profissionais das Secretarias de Educação do Pará, Piauí e Espírito Santo responsáveis pelo apoio ao Circuito de Gestão nas escolas parceiras, além das oficinas de Pactuação de Metas e de Visita Técnica.

Foram dias de ampla troca de experiências e de produção e compartilhamento de novos conhecimentos. Por isso, o Instituto Unibanco agradece aos participantes que se engajam na construção de uma escola mais participativa, eficiente, criativa e transformadora, garantindo o aprendizado efetivo dos jovens.

A rede social de quem ensina

Com o slogan “O ponto de encontro dos educadores”, plataforma virtual gratuita socializa experiências, dúvidas e conhecimentos de professores de todo o país

O portal Gente que Educa (<http://www.gentequeeduca.org.br>), um misto de rede social e plataforma colaborativa é uma iniciativa da Fundação Victor Civita (FVC) e conta com o apoio do Instituto Unibanco. A rede voltada para educadores nasceu, entre outras motivações, da constatação de que os professores brasileiros dedicam cerca de 20 horas semanais fora do ambiente escolar ao planejamento de aulas. Ao divulgar o projeto, a FVC avaliou que “para dar conta da complexidade da tarefa de educar hoje em dia, é preciso trabalhar junto, colaborativamente”.

Após efetuar o cadastro, os usuários têm acesso gratuito a mais de 2.500 planos de aula oferecidos pela revista Nova Escola. Podem ainda criar novos planos, adaptar conteúdos de acordo com a faixa etária ou a região geográfica, participar ou formar grupos de estudos e trocar mensagens com outros usuários.

A diretora escolar Ana Gelma Silveira Vasconcelos, por exemplo, criou o grupo de discussão “Função Social da Escola”. A pergunta disparadora do debate é: “qual é a função da escola em uma sociedade como a nossa?” Mais de cem usuários fazem parte do grupo e discutem a questão.

Na seção de Eventos, é possível buscar informações sobre cursos, seminários e premiações. Além

disso, os usuários mais ativos são escolhidos “Embaixadores” do portal e recebem um selo virtual como forma de incentivar a participação. Em outra seção, a plataforma oferece a “Superbusca da Educação”, que funciona como um “Google da Educação”, na qual são encontrados recursos confiáveis para a preparação de aula, estudo ou pesquisa. O Instituto Unibanco já faz parte dessa rede e convida seus parceiros a participar. Junte-se a nós!

<http://gentequeeduca.org.br/users/instituto-unibanco>

Uma base é essencial

Na busca por um ponto comum que respeite as regionalidades e atenda às necessidades dos professores e estudantes, o Movimento pela Base Nacional Comum da Educação (BNCE) pretende organizar e dar mais coerência ao sistema educacional do país

Não é tarefa simples definir quais conteúdos ensinar. O que é desejável que os estudantes aprendam é influenciado por diferentes referências. Num país com diversidades regionais substanciais, estabelecer uma linha-mestra que seja comum e que oriente o currículo das escolas, sem perda de autonomia, é o que se pretende com uma base nacional curricular comum. Para ajudar nessa construção, prevista na Lei do Plano Nacional de Educação, de 25 de junho de 2014, foi criado o Movimento pela Base Nacional Comum da Educação (BNCE), que envolve diversos atores, entre os quais, a Fundação Lemann e o Instituto Unibanco. Os objetivos, num primeiro momento, são: contribuir para inserir o tema na agenda da educação brasileira; mobilizar atores importantes em torno da causa; produzir estudos e pesquisas para subsidiar o debate; e garantir, ao longo do processo, a observação de alguns princípios considerados fundamentais para que essa base possa chegar a cada

sala de aula brasileira e ajudar a melhorar a educação no país.

No site <http://basenacionalcomum.org.br/> estão listados os sete princípios norteadores do BNCE, que surgiu em 2013, a partir do seminário internacional Liderando Reformas Educacionais. “A partir dessa base, se desenvolverão, de forma alinhada e clara, os currículos das escolas, a formação inicial e continuada dos professores, os sistemas de avaliação e os materiais didáticos”, esclarece o texto de apresentação do movimento. Segundo o PNE, a meta é concluir essa linha-mestra até junho de 2016.

O tema é tão relevante que o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, reuniu-se, em meados de maio, para debatê-lo com integrantes de entidades científicas – entre elas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). De acordo com Janine, o Plano é claro ao determinar a instituição da base nacional curricular comum. “A proposta trará a noção de conhecimento que cada área considere essencial”, afirmou. “É importante, também, para organizar melhor o trabalho dos professores e fazer uma ligação entre o que se ensina em um país continental como o nosso.”

“É importante, também, para organizar melhor o trabalho dos professores e fazer uma ligação entre o que se ensina em um país continental como o nosso.”

Renato Janine Ribeiro,
ministro da Educação.

Protagonismo juvenil

O Instituto Unibanco realizou uma roda de conversa com jovens sobre Participação Juvenil, Tecnologia e Equidade na Escola. Para Alice Lopes, estudante de Goiás, “a chave do sucesso é reconhecer que você não faz nada sozinho”

No dia 29 de abril, o Instituto Unibanco realizou uma roda de conversa sobre Participação Juvenil, Tecnologia e Equidade na Escola, em São Paulo (SP). “Como a tecnologia pode fortalecer o jovem como cocriador de soluções para o exercício democrático e para uma gestão escolar orientada para resultados e equidade?” foi a questão orientadora do debate. Foram convidados a participar da roda os jovens Alice Sousa Lopes (GO), Gabriel Souza Borges (GO), Isabela Silva Barbosa (GO), Gabriel Machado Ferrer (GO), Matheus da Silva Natividade (SP), todos estudantes de escolas públicas, assim como a diretora da Escola Estadual Prof. Joaquim Braga de Paula, Geysa de Oliveira Barros (ver mais na seção “Para compartilhar”). Também estavam presentes especialistas e representantes de entidades, como Carla Mayumi (Projeto Sonho Brasileiro da Política), José Murilo (Ministério da Cultura), Livia Ascaeva (Transparência Hacker), Priscila Gonsales (EducaDigital), Rodrigo Bandeira (Cidade Democrática) e Talita Montiel (consultora da MOB Inteligência em Rede); além de re-

presentantes do Instituto Unibanco.

Os participantes trocaram experiências e ideias sobre o assunto, compartilharam histórias e discutiram a importância do protagonismo juvenil e do uso de tecnologias nas escolas. “Temos um desafio muito grande no Jovem de Futuro, que é fazer com que um projeto que hoje ganhou escala de política pública consiga ainda respeitar a peculiaridade e a diversidade de cada território. E é nessa questão que a participação dos jovens é fundamental”, observou Paulo Corniani, do Instituto Unibanco.

Para o estudante Gabriel Machado, de Goiânia, “a participação dentro da escola faz com que o jovem tenha participação na sociedade. Querendo ou não, a escola traz política”, opinou. A jovem Isabela Silva, também de Goiânia, ressaltou que os jovens querem a “oportunidade de serem ouvidos”.

Um segundo evento está previsto para o segundo semestre do ano. Nessa próxima etapa, explica Ricardo Henriques, superintendente executivo do Instituto Unibanco, a ideia será reunir atores jovens para pensar soluções tecnológicas para a educação. “O que queremos é mobilizar os jovens para a participação e instrumentalizá-los também para isso”, destacou.

Grafite educador

Em Goiás, escola participante do ProEMI/JF destaca-se por currículo inovador com projeto voltado à conservação do patrimônio público

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) está em vigor há apenas um ano na Escola Estadual Professor José dos Reis Mendes, localizado na periferia de Trindade, município goiano de 104 mil habitantes, a 18 quilômetros de Goiânia (GO). Segundo a diretora Wannessa Cardoso Silva, “esse é o melhor programa já desenvolvido, pois dá uma visão global da escola, promove o entrosamento entre a comunidade escolar, uma vez que destina ações a alunos, professores, gestão e infraestrutura”.

Apesar do pouco tempo, Wannessa contou ao Boletim Jovem de Futuro que nesse período “muitas ações pedagógicas foram desenvolvidas” no sentido de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem. A gestora relata que a formação continuada dos professores já incide positivamente nas práticas em sala de aula. Com 290 alunos de Ensino Médio (de um total de 700, incluídos os alunos do Ensino Fundamental), a Escola José dos Reis Mendes tem um bom exemplo de currículo construído na perspectiva da educação integral, contemplando uma diversidade de práticas pedagógicas.

Iniciado em 2011, um dos projetos desenvolvidos na escola e que se destacam é o “Do muralismo ao grafite”, idealizado pela professora de História Maria Aparecida Pereira Laura. Em sua quarta edição, o projeto busca colaborar para a preservação dos muros que cercam a escola. Segundo a diretora Wannessa, o pontapé inicial do projeto surgiu da necessidade de mudar a aparência da escola e conscientizar

os alunos quanto à conservação do patrimônio público. “O prédio da nossa escola era antigo e estava sujo. Como os alunos pichavam o muro que cerca o quarteirão, aproveitamos a criatividade deles, porque os mesmos alunos que picham também sabem desenhar.” A iniciativa deu resultado e os muros do colégio ganharam novas cores e foram revitalizados.

O projeto de grafite trouxe efeitos instantâneos à comunidade escolar. A diretora conta que houve maior procura por matrículas. “Percebemos a satisfação dos alunos em estudar em uma escola com aspecto melhor, sem contar o orgulho que a comunidade escolar tem, pois sabem que a melhoria foi resultado de uma ação conjunta: gestão, coordenadores, professores e alunos.” Além da arte, a gestora conta que a iniciativa também permitiu o trabalho interdisciplinar: foram utilizados textos sobre grafite e história da arte em sala de aula e, em parte do muro, os alunos desenharam figuras geométricas usadas para estudo nas aulas de matemática.

Wannessa antecipou ao Boletim que a escola pretende desenvolver outra atividade, chamada “O Projeto de Vida”, cujo objetivo é promover em crianças, jovens, adolescentes e adultos a reflexão sobre as perspectivas de futuro. “É importante ajudar as pessoas a resgatar a autoestima e a identidade”, diz. A iniciativa, voltada à formação de valores e à tomada de consciência de direitos e deveres, se organizará por etapas e prevê orientação sobre a escolha da profissão. “Queremos oferecer condições para que as pessoas saiam das experiências negativas com mais esperança no futuro. E otimistas, de uma forma realista, em relação ao que virá e ao que farão de suas vidas.”



Protagonistas do próprio aprendizado



Geysa de Oliveira Barros, da Escola Estadual Prof. Joaquim Braga de Paula, de São Paulo

A diretora Geysa de Oliveira Barros, da Escola Estadual Prof. Joaquim Braga de Paula, de São Paulo, conta como a escola conseguiu, com a ajuda do ProEMI/Jovem de Futuro, driblar dificuldades e virar orgulho de alunos, pais e professores

Alunos que participam das decisões da escola, atividades recreativas nos intervalos das aulas, como vôlei, dominó e videogame, rádio comunitária, grêmios estudantis, e uma comunidade escolar empenhada em fazer da Escola Estadual Prof. Joaquim Braga de Paula, localizada no Pq. São Lucas, na periferia da zona leste de São Paulo, uma escola-modelo.

Para explicar essa história, que fez e faz da "Braga", como é carinhosamente chamada pelos alunos, um exemplo, o Boletim Jovem de Futuro colheu o depoimento de Geysa de Oliveira Barros, a diretora da escola, que falou sobre a busca

por novas metodologias que proporcionem resultados educacionais eficientes. "É um dos eixos que nos incita a melhorar procedimentos para o aprendizado e, portanto, estar ao lado das novas necessidades sociais do século 21", diz.

Para ela, um único modelo curricular já não atende mais os objetivos da educação. Nesse sentido, ela afirma que a metodologia do ProEMI/Jovem de Futuro contribuiu, significativamente, com as ações da gestão escolar. "A formação com vistas ao planejamento coletivo, os projetos e a busca por novas práticas docentes ampliaram o universo desta escola junto com a comunidade escolar e, principalmente, movimentaram a participação dos jovens."

Hoje, o colégio tem uma linha de comunicação eficiente que possibilita o amplo e constante diálogo entre alunos, pais e professores. "O direito de participação de todos traz novas ideias e novos ideais, o que fortalece nossas relações interpessoais. Com isso, os objetivos caminham para a mesma direção", orgulha-se a diretora. Geysa relata que o Jovem de Futuro deixou um legado de cultura participativa na "Braga". "Hoje, nossa escola caminha ainda para resolver e superar muitos problemas e melhorar a aprendizagem, mas tem conseguido avanços. Se todas as ações são discutidas, a possibilidade de adesão e ação se tornam maiores", avalia.

O Grêmios Estudantis, por exemplo, conta com, aproximadamente, 40 jovens, que também são associados a outros projetos da escola. "A ampla discussão na tomada de decisão para a utilização das verbas



públicas, as reuniões com os alunos representantes de classe, os projetos de curto prazo que trabalham o currículo de forma significativa têm nos impulsionado”, comenta.

Atualmente, são projetos de sucesso a Olimpíada Interna de Matemática para o Ensino Fundamental, o cursinho para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Pré-vestibular. “Percebemos ainda que o tempo dos estudantes na escola traz inovações e motiva ações. Os alunos do Ensino Médio que permanecem no contraturno desenvolvendo projetos incentivam a participação de outros e os resultados são ótimos nas relações e na aplicação do conteúdo. No projeto da mediação jovem, os alunos do Ensino Médio estimulam os alunos do Ensino Fundamental a discutir sobre seus problemas, de forma que muitos resultados são melhores do que a intervenção direta, em um primeiro momento, da equipe gestora”, explica Geysa.

Valendo-se da metodologia do ProEMI, a escola aderiu ao Programa Mais Educação, do MEC, que busca induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Na “Braga”, são oficinas de aprendizagem no contraturno com a participação de monitores-alunos. Os professores têm intensificado atividades diversificadas. “De

acordo com o planejamento, utilizam tecnologias nas salas de vídeo, leitura, laboratório, sempre em parceria com alunos que auxiliam, por exemplo, na montagem de aulas com slides”, explica.

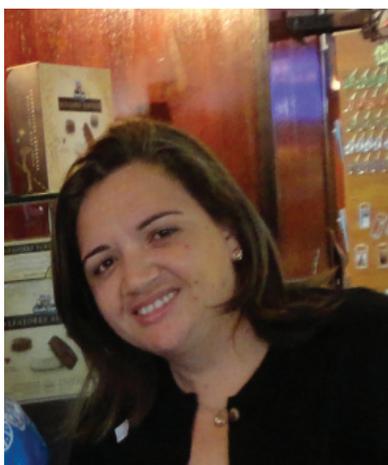
Na “Braga”, conta a gestora, os professores estão abertos às sugestões que são dadas pelos alunos no Conselho de Classe participativo. Nesse espaço, os jovens relatam suas expectativas em relação às estratégias de ensino utilizadas. Aulas dialogadas, uso da sala de informática, laboratório, explicação da matéria com recurso de filmes e diminuição do excesso de cópias na lousa são algumas das demandas apresentadas pelos estudantes.

“Não há dúvidas de que a participação da comunidade nestas práticas traz novas perspectivas para a escola. Neste momento, estamos montando também um grupo que atuará no Círculo de Práticas Restaurativas, cujo objetivo é discutir fatos e atitudes, pensamentos e ideias, sentimentos e necessidades, comportamentos e ações, iniciativa que surgiu de duas mães do Conselho de Escola e APM.”

Para a gestora, essas ações, em curto prazo, provocam e instigam o desejo de aprender a participar. “Um prazo maior para resultados educacionais e a construção de uma identidade da escola nos fazem caminhar para aquilo que o aluno mais deseja: ser constantemente desafiado”, finaliza.



Gestores de escolas participantes do ProEMI/JF relatam experiências com o uso das Metodologias e como o projeto influenciou nos currículos



Maria Edvanise Oliveira de Carvalho, diretora da Escola de Ensino Médio João Barbosa Lima, Itaíçaba, Ceará

“O ProEMI tem se mostrado um instrumento fundamental na efetivação de um currículo mais dinâmico e flexível em nossa escola. Por meio de ações desenvolvidas dentro dos macrocampos Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento, Iniciação Científica e Pesquisa e Participação Estudantil, relacionam-se os conhecimentos das diferentes áreas com a realidade dos alunos, atendendo a necessidades e expectativas numa interação direta de fortalecimento do protagonismo juvenil.

Além disso, o uso das metodologias e o acompanhamento sistemático do planejamento escolar e das atividades centradas nas necessidades dos alunos têm favorecido a melhoria das práticas pedagógicas, bem como das ações

de formação dos professores, da gestão escolar e da adequação dos ambientes escolares.

Com a implementação do Jovem de Futuro na escola, os alunos passaram a frequentá-la não só no horário de aula, mas também no contraturno para participar das atividades desenvolvidas no projeto, como Monitoria, Entre Jovens (Tutoria), Células Cooperativas e Olímpicas (grupos de estudos), Práticas Esportivas e Artístico-Culturais, diminuindo o tempo ocioso. Ficamos orgulhosos ao ver que nossos alunos deixaram de ser meramente espectadores e agentes passivos e passaram a ser protagonistas e agentes ativos na construção de uma educação de qualidade.”



Alberto Machado Vieira, diretor do Centro de Ensino Médio de Tempo Integral Didácio Silva, Teresina, Piauí

“A construção de um currículo inovador em nossa escola se deu no sentido de renovar a proposta pedagógica com a sistematização dos projetos que, às vezes, não eram concretizados. Isso ocorria devido à falta de formação continuada e, também, pela falta de recursos financeiros, agora supridos pelo ProEMI. O programa tem, inclusive, ajudado na união da equipe escolar, facilitando a interdisciplinaridade e a construção do conhecimento por meio de uma aprendizagem mais significativa, com suporte humano e tecnológico.

Já o projeto Jovem de Futuro subsidiou os projetos para que esses pudessem acontecer de maneira mais consistente e produtiva, incenti-

vando, principalmente, a leitura e a produção de arte e de cultura.

Outro ponto importante é a integração da equipe escolar, que está sempre a traçar metas visando a melhorar o desempenho de nossos alunos e crescer em aprovações externas, como Enem, Olimpíadas de Língua Portuguesa e de Matemática, entre outras.”



Esforço conjunto



Carlos Artexes Simões, professor CEFET-RJ

Engenheiro eletrônico, pedagogo, mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), **Carlos Artexes Simões** é o entrevistado dessa edição. Ex-Coordenador-Geral do Ensino Médio do MEC (2007-2008) e ex-Diretor de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica do MEC (2008-2011), ele faz uma análise das discussões sobre a reforma curricular do Ensino Médio. Artexes avalia que constituir um sistema educacional no Brasil que garanta o direito a um Ensino Médio de qualidade para todos pressupõe a valorização dos diversos sujeitos do processo educacional. Reforça ainda que a superação do fracasso escolar no Brasil depende da ação conjunta dos governos federal e estadual, dos diretores das escolas, dos professores e dos estudantes.

Algumas avaliações dão conta de que o currículo escolar hoje contém excesso de conteúdos enciclopédicos, sem aprofundamento de conceitos, o que, consequente-

mente, não estimula a capacidade e a prática de pesquisa científica, tecnológica etc. Como o senhor avalia o currículo do sistema educacional brasileiro, sobretudo do Ensino Médio?

A escola e a cultura escolar brasileira têm uma forte influência da “escola francesa”. Em especial, do ensino secundário que, a partir do século XIX, com seu desenvolvimento tardio, configurou-se como referência educacional para o Brasil. Os modelos curriculares baseados no ensino da escola valorizam os conteúdos das áreas de humanidades e das ciências em disciplinas organizadas numa perspectiva enciclopédica, distanciada da realidade prática da vida.

Por isso, a tentativa de transportar a referência francesa sem uma visão crítica e contextualizada foi trágica no Brasil, justamente por conta das diferenças de condições, das diversidades culturais e da realidade das desigualdades sociais e econômicas da população brasileira.

O currículo do Ensino Médio se desenvolveu de forma descontextualizada e sem o reconhecimento das condições e da situação de seus estudantes. Não houve condições de garantir o direito aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, e sem o desenvolvimento de uma formação integral dos estudantes. Há uma evidente necessidade de reconstrução curricular. A referência mais importante, e ainda pouco conhecida, está na apropriação das novas diretrizes curriculares nacionais do Ensino Médio, aprovadas em 2012, que apontam um currículo comprometido com a formação humana integral e o reconhecimento das diversidades de sujeitos, ou seja, uma constituição referenciada nas

dimensões da cultura, da ciência, da tecnologia e do trabalho.

20% dos meninos e meninas de 15 a 17 anos estão fora da escola e somente 50% deles estão na série esperada para suas idades. Dentre os jovens de 18 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental, 47,7% não conseguiram concluir o Ensino Médio. Esse quadro está diretamente relacionado à baixa qualidade do ensino e à falta de atratividade aos jovens, que se sentem desconectados da escola?

Veja, na primeira metade do século XX, Anísio Teixeira realizou uma denúncia (ainda atual) ao “sistema” educacional brasileiro que, entre outras, anunciava a contradição entre “os valores proclamados e os valores praticados”. A sociedade brasileira ainda não assumiu na prática e nem constituiu as condições políticas, econômicas e conceituais voltadas para o desenvolvimento de um sistema educacional que dê conta da histórica exclusão e da realidade diversificada e das condições adversas de sua população.

A dramática situação do insucesso escolar e, em particular, do Ensino Médio tem causas intraescolares (um currículo inadequado, precárias condições de trabalho, formação de professores, desinteresses dos estudantes etc.), extraescolares (baixo financiamento, fragilidades das políticas educacionais, gestão de redes de ensino etc.) e do próprio modo de uma sociedade que produz desigualdades sociais e econômicas continuamente. A baixa qualidade do ensino é mais consequência do que causa e, junto com os observados indicadores do fracasso escolar, retrata a história de uma sociedade que não foi, ainda, capaz de



dar um caminho para a educação de seu povo.

Porém, não podemos deixar de atuar em todas as frentes, internas e externas da escola, para avançar em direção a uma educação de qualidade e que consiga uma efetiva aprendizagem dos estudantes. É evidente que temos de criar uma escola capaz de ser valorizada e de ser de interesse das pessoas que a procuram, mas também é preciso superar o imediatismo e valorizar uma perspectiva transformadora da realidade dos sujeitos e da sociedade. Há muito o que fazer e temos muitas ações positivas sendo desenvolvidas para enfrentar as inúmeras dificuldades da educação.

A ampliação do tempo escolar é necessária e precisa estar atrelada à reforma curricular para que o Ensino Médio seja mais interessante para os jovens? O atual modelo curricular provoca desigualdades? Quais apontaria como as mais urgentes para serem sanadas?

Se a ampliação do tempo escolar não vier associada a outras mudanças é evidente que a promessa que carrega de melhorar a educação e promover a aprendizagem pode não ser totalmente cumprida. No meu entendimento, o melhor que podemos fazer na questão curricular das escolas de Ensino Médio seria fortalecer a autonomia da unidade escolar e empoderar e qualificar os profissionais da comunidade no desenvolvimento curricular e na prática pedagógica. A nossa questão e problema central, a meu ver, não está no marco legal e nem na falta de definições de conteúdos curriculares para configurar um padrão e uma “unidade” nacional.

Existe uma discussão que prevê uma base nacional curricular para o Brasil, definindo um conjunto de habilidades ligadas aos diferentes conhecimentos a que todos têm de ter direito em um

processo de escolarização. Como o senhor avalia esse debate? Uma base nacional é fundamental?

Especificamente no Ensino Médio, o Brasil teve um auge no debate curricular no que se refere a concepções e desenvolvimento das políticas educacionais na década de 1990. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, foram discutidas diretrizes curriculares do Ensino Médio baseadas na pedagogia das competências, PCN, PCN+, PCN em ação e a matriz de competências e habilidades do Enem.

Não vejo novidade neste debate a não ser a inclusão de novos atores e novos posicionamentos favoráveis a uma padronização curricular no Brasil. É a mesma questão da década de 1990 contextualizada no fracasso da aprendizagem e na descentralização mais efetiva dos sistemas de ensino após a Constituição de 1988. Fracasso que está mais relacionado à concentração de recursos financeiros que à responsabilização descentralizada da educação aos entes federados.

A LDB (Lei 9394/96) é uma lei de diretrizes e “bases” que, por definição, apostou corretamente em referenciais gerais para o currículo e fortalecimento da descentralização da educação. A LDB vigente, em suas contradições e em seu hibridismo, não teve seus importantes avanços conceituais apropriados devidamente após 19 anos de sua aprovação, o que pode provocar um equívoco na análise do fracasso escolar e das proposições para superá-lo. Se devidamente compreendida, considero que o Brasil já tenha uma base nacional comum na sua legislação. Seria um caos maior se, de forma centralizada, mesmo com participação ampliada dos representantes dos sistemas de ensino, a União definisse uma relação de “conteúdos” obrigatórios para todos seguirem. Os PCN (década de 1990), depois de algum debate e de

“A sociedade brasileira ainda não assumiu na prática e nem constituiu as condições políticas, econômicas e conceituais voltadas para o desenvolvimento de um sistema educacional que dê conta da histórica exclusão e da realidade diversificada e das condições adversas de sua população.”



críticas, foram tornados opcionais. A pergunta deve ser realizada para aquelas pessoas que acreditam, com honestidade ou não, que uma base nacional comum possa realmente contribuir com a superação do fracasso escolar. Qual a real proposta: conteúdos obrigatórios para todo o país? Objetivos de aprendizagem padronizados? Novos PCN, agora, obrigatórios? Atualização da matriz de referência para os exames padronizados de larga escala?

Em relação aos professores, de que forma a criação de uma base nacional comum seria positiva para a formação desses educadores?

A questão central está em formar pessoas que, realmente, queiram ser professores e, portanto, que demandem valorização profissional, inclusive nas instituições formadoras para os cursos de licenciatura. Outra questão decisiva é que a formação de professores, na perspectiva da simetria invertida, deveria ser associada e referenciada nas definições curriculares da LDB e das diretrizes curriculares nacionais já definidas.

Diferentemente de outros países do mundo, o Brasil não especifica, dentro das áreas do conhecimento, quais são as habilidades, os conteúdos, os valores que todos devem aprender. Que lições podemos tirar dos modelos de outros países?

Há muito o que aprender com as trocas de experiências entre os países, mas não podemos esquecer as condições e a realidade singular que cada país tem no seu próprio contexto e na posição relacional com o contexto social e econômico mundial. Não existe uma posição hegemônica de definição de conteúdos obrigatórios nacionais. A ampliação da ênfase na avaliação de resultados e nos exames padronizados em larga escala levou a constituição objetiva de referenciais (competências e habilidades)

para efetividade da avaliação.

O exemplo de muitos países demonstra que a qualidade pode estar relacionada com outras variáveis, e não a uma prescrição nacional de conteúdos obrigatório.

Para finalizar, quais elementos-chave deveriam ser prioridade e constar da agenda dos líderes e gestores para lidar com a complexidade dos desafios em sala de aula? Nessa linha, qual a importância da gestão escolar e de programas que incentivam sua melhoria?

Parece que a identificação das questões centrais para a qualidade da educação está bem delineada: a) econômicas/físicas: garantir financiamento para o custo-aluno-qualidade e infraestrutura e equipamentos adequados; b) gestão democrática e condições de trabalho para os profissionais da educação; e c) aspectos pedagógicos: currículo com perspectiva da formação humana integral; formação inicial e continuada adequada; avaliação da aprendizagem consistente.

A gestão das redes ou unidades escolares ganha relevância para dar efetividade ao processo educacional e constituir uma liderança que possa garantir a autonomia e fortalecimento da comunidade escolar.

O senhor gostaria de acrescentar algum comentário?

Constituir um sistema educacional no Brasil que garanta o direito a um Ensino Médio de qualidade para todos pressupõe que os diversos sujeitos do processo educacional sejam valorizados e que haja o reconhecimento de que a superação do fracasso escolar no Brasil depende da ação conjunta dos governos federal e estadual, dos diretores das escolas, dos professores e dos estudantes. Além de uma escola que esteja inserida de forma articulada com o território e a população a quem serve.



Os desafios do Ensino Médio

O documento **10 Desafios do Ensino Médio no Brasil**, lançado em março pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), faz uma radiografia dessa etapa do ensino a partir da análise de dados estatísticos e de uma pesquisa com 250 adolescentes de diferentes regiões do país

O relatório do Unicef, produzido entre 2012 e 2013, avalia que, ainda que nas duas últimas décadas os indicadores de acesso e de permanência tenham evoluído, o Brasil conseguirá universalizar o Ensino Médio em 30 anos apenas se as condições atuais na educação prevalecerem.

Um dos objetivos da pesquisa do Unicef foi entender o que impede os estudantes de permanecer e progredir nos estudos. Foram ouvidos 250 adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la. Entre os relatos, foram apontados problemas individuais, como trabalho precoce, gravidez e violência familiar e, no âmbito da escola, falta de acesso à escola na zona rural e ausência de propostas pedagógicas inovadoras. “Gostaria que os professores deixassem as matérias mais simples, ensinassem alguma coisa que fizesse parte de nossa vida”, disse um adolescente de Fortaleza (CE), que abandonou a escola no Ensino Fundamental.

O relatório é um subsídio importante para os debates sobre a meta 3 do Plano Nacional de Educação, que prevê, até 2016, universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Em entrevista ao Canal Futura e à Rádio CBN São Paulo, o superintendente executivo do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, falou sobre os desafios para o cumprimento da meta 3 do PNE. Segundo ele, o Ensino Médio é uma fase da educação “crucial para a mobilidade social”. “É preciso fazer o jovem voltar a acreditar nisso”, ressaltou.

Acesse o relatório: http://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf

Veja também:

Programa Ensino Médio Inovador:

- <http://goo.gl/6nOxBO>

Movimento pela Base Nacional Comum da Educação (BNCE):

- <http://basenacionalcomum.org.br/>

